

FORMAS ORGANIZACIONAIS DE PRODUÇÃO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM BATAYPORÃ/MS¹

**Tânia Paula da Silva – Mestre em Geografia Agrária e Prof^a. da Rede Particular e
Pública em Três Lagoas/MS.
tanggela@bol.com.br**

Introdução

No Brasil, a discussão sobre a organização econômica e social nos assentamentos de reforma agrária tem sido, atualmente, objeto de preocupações de vários segmentos e sujeitos sociais, governamentais ou não. Tanto os assentamentos, como as diversas modalidades de cooperação e de cooperativas que ali se constituem têm sido vistos como fenômenos sociais importantes surgidos na década de 1990, pela potencialidade que possuem de contribuir para gerar emprego e renda e solucionar os problemas relacionados à pobreza e à exclusão social.

No âmbito do MST, que tem a CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil como instância jurídica - a cooperação é vista como uma ferramenta de luta política, econômica e social, na medida em que contribui para a sobrevivência econômica dos assentados, porque aumenta a produtividade do trabalho, racionaliza o uso dos recursos naturais e humanos e amplia a competitividade dos produtos no mercado. Não apenas isso, já que na compreensão do MST a cooperação contribui para melhorar as condições de vida, ao ampliar a possibilidade de acesso aos bens de consumo coletivo (moradia, infra-estrutura básica, educação, transporte, saúde, lazer etc.), a capacidade das famílias de permanecerem na terra e o desenvolvimento da consciência social.

Portanto, o Movimento, através do setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente procura mobilizar e organizar os assentados para desenvolver a cooperação com base em outros valores que não apenas a busca de lucro, perseguindo objetivos políticos e sociais através da organização de base, da defesa da autonomia de organização e de representação e, o mais importante, da criação de mecanismos institucionais que possibilitem aos trabalhadores se apropriarem dos instrumentos de produção e de gestão das cooperativas.

Nesse sentido, a nossa preocupação, no presente trabalho, foi a de entender as propostas organizadas pelo MST, para a viabilidade socioeconômica dos assentamentos rurais e, principalmente, as práticas desenvolvidas pelos assentados em Mato Grosso do Sul, tanto na organização, quanto no desenvolvimento das formas de cooperação. Analisamos se o desenvolvimento da cooperação é uma estratégia de reprodução dos camponeses assentados em Batayporã/MS para se manter no campo, isto é, se a cooperação faz parte do projeto camponês familiar, mesmo numa situação de crescente individualização da força de trabalho.

Para isto, procuramos, através de leituras de obras referentes à temática, principalmente, dos documentos produzidos pelo setor de produção do MST e de análises da realidade a partir de entrevistas realizadas com os assentados e observações em campo, verificar as condições

¹ Este artigo é parte da Dissertação de Mestrado intitulada: "As Formas Organizacionais de Produção dos Camponeses Assentados no Município de Batayporã/MS". FCT/UNESP, 2004.

econômicas, políticas, sociais e culturais que essas formas de organização da produção proporcionam as famílias assentadas.

O Desenvolvimento das Formas Organizacionais de Produção: uma estratégia de sobrevivência na terra conquistada

Em nossa área de estudo, algumas formas de cooperação foram identificadas, tais como: a cooperativa de prestação de serviços (COPAV); o grupo de assentados (granja coletiva); as associações de produtores, sendo uma no assentamento São Luis, e outra que abrange os assentamentos São João e Mercedina e a agroindústria camponesa, materializada no projeto Prove Pantanal.

Estas formas de cooperação, compreendidas por nós como estratégias familiares dos camponeses assentados para a permanência na terra, são desenvolvidas nos assentamentos de Batayporã com base nos laços familiares, na solidariedade e, sobretudo, na identidade política, construída no processo de luta pela terra no Estado. É sobre elas que faremos, a seguir, algumas considerações.

*** COPAV: a persistência do projeto cooperativista em meio a crise das cooperativas**

A organização de cooperativas agrícolas nos assentamentos é resultante não só de ações políticas internas do MST, mas também das iniciativas dos assentados, logo que as cooperativas são compreendidas por parte dos camponeses assentados como uma alternativa econômica, principalmente, para a obtenção de financiamentos e para a organização e comercialização da produção agrícola. Pensamos, então, que ela é mais uma estratégia de organização e resistência ao modelo de produção vigente desenvolvida pelos camponeses assentados.

A experiência do processo de organização da cooperação agrícola nos assentamentos é fruto tanto do amadurecimento político e doutrinário do movimento, enquanto organização social sobre esse assentamento, quanto da própria experiência e amadurecimento, com pontos positivos e negativos, de cada grupo em particular (GÖERGEN & STÉDILLE, 1991, p. 148).

Um exemplo dessas cooperativas organizadas pelos camponeses com o apoio do MST é a COPAV - Cooperativa de Prestação de Serviços para a Reforma Agrária do Vale do Ivinhema, localizada no município de Batayporã/MS. Segundo o relato de Batista, presidente da cooperativa, a discussão sobre a sua implantação vinha sendo feita desde o período de acampamento por um grupo de 30 famílias organizadas pelo MST e terminou com a fundação da cooperativa após uma assembléia realizada em 11 de dezembro de 1997, na sede do assentamento São Luis, em Batayporã/MS. Segundo Batista, a idéia inicial era criar uma cooperativa totalmente coletiva. No entanto, apesar das dificuldades nos primeiros tempos do assentamento para fazer a terra produzir, essa proposta não foi aceita pelo grupo de assentados por diferentes razões, mas principalmente pelo fato da maior parte do grupo não querer coletivizar a terra e os meios de produção.

Essa resistência dos assentados fez com que as lideranças no assentamento intensificassem as discussões valorizando as conseqüências favoráveis que decorreriam da união e organização dos assentados. Desse modo,

[...] depois de várias discussões surgiu a proposta de organizar uma cooperativa de prestação de serviços. A idéia era que a cooperativa ajudasse a captar recursos, a comercializar a produção, e principalmente, organizasse o pessoal pra lutar por nossos direitos, mas sem coletivizar a terra. Bom, aí o grupo todo gostou da idéia e o que aconteceu você pode ver aí, não coletivizamos a terra, mas todo o grupo participa da cooperativa [...] (BATISTA).

É importante ressaltar, que a COPAV é uma cooperativa de prestação de serviços que possui atuação local. Ela tem como objetivo integrar os assentados não só para comercializar a produção, mas promover o aprimoramento técnico dos mesmos através do desenvolvimento de cursos e seminários; organizá-los através de núcleos e grupos de assentados, como também fornecer os bens de produção agropecuária (sementes, fertilizantes, agrotóxicos e produtos veterinários), fortalecendo assim os assentados junto ao mercado.

Isto quer dizer que a cooperativa surge nos assentamentos não só como um meio alternativo de comercialização dos produtos, mas também como uma importante ferramenta para organização das famílias assentadas, visando fortalecer as lutas políticas e aquelas ligadas à produção e comercialização nos assentamentos. Portanto, podemos afirmar que a COPAV se constitui como uma importante ferramenta de luta para o MST nos assentamentos em Batayporã/MS.

A COPAV, por ser uma cooperativa de prestação de serviços ligada tanto à CONCRAB, quanto ao SCA, age de acordo com a proposta do Movimento no sentido de concentrar a produção dos assentados, para em seguida, a partir do volume, ter poder de negociação no mercado, evitando, desta forma, a exploração dos assentados pelos atravessadores, uma vez que a negociação é feita diretamente com indústrias e/ou mesmo outras cooperativas, como no caso a COPASUL, cooperativa que não possui qualquer vínculo com as propostas do Movimento. Exatamente por isso a COPAV assume um papel extremamente significante enquanto elemento potencializador no processo de negociação da produção.

Em princípio, há quem possa dizer que a COPAV exerce o mesmo papel dos atravessadores, no entanto, o diferencial está no tipo de relação estabelecida entre os cooperados, que está para além da mera compra e venda. Há uma cumplicidade e uma série de objetivos que convergem para o mesmo ponto: a luta pela Reforma Agrária. Desse modo, a COPAV serve como instrumento de enfrentamento para os cooperados e demais assentados que através dela colocam-se em posição de igualdade nas negociações por melhores preços e nas reivindicações de direitos e benefícios comuns.

Faz-se necessário ressaltar que no ano de 2003, a COPAV, como a maior parte das cooperativas nos assentamentos, enfrentou vários obstáculos e dificuldades para a sua manutenção e inserção no mercado, seja para a colocação dos produtos dos assentados, seja para a aquisição e repasse dos insumos utilizados na produção. Essas dificuldades pelas quais a COPAV, como as demais

cooperativas do Movimento, vêm vivenciando, estão relacionadas a vários fatores, entre eles: as adversidades conjunturais, principalmente porque além do atual contexto nacional ser desfavorável à agricultura, o governo federal tem ainda investido duramente contra as cooperativas dos assentados no sentido de criminalizar esta forma de organização do MST nos assentamentos.

Diante de tal conjuntura foi possível verificar que, as iniciativas da COPAV de inserir os produtos dos assentados de forma competitiva no mercado não proporcionavam resultados econômicos satisfatórios para as famílias assentadas. Porque, para garantir um “preço mínimo” aos assentados, muitas vezes, a COPAV tinha que recorrer a intermediários.

Portanto, concordamos com Fabrini (2002), quando diz que as cooperativas vinculadas ao Movimento têm se destacado mais pela eficiência política e de organização dos assentados do que pela viabilização da produção, propriamente dita. Pois, se pelo lado econômico, a COPAV não têm conseguido dar resposta aos seus cooperados, pelo lado político ela continua atuando como uma importante ferramenta de luta e organização das famílias assentadas, apresentando-se como um importante instrumento de intervenção política-social e fortalecimento dos trabalhadores.

Deste modo, podemos dizer que, apesar de atualmente encontrar-se quase totalmente desativada, a continuidade do processo de socialização política nos assentamentos se dá através dela, ao promover cursos e reflexões sobre a atual conjuntura tanto para o seu quadro de cooperados como também para os demais assentados, o que possibilita a eles um contínuo acompanhamento da política e economia nacional. Neste ponto cabe ressaltar que, durante o trabalho de campo, presenciamos por duas vezes a prática de repasse de informações aos assentados, tanto aos que estão diretamente envolvidos na organização interna da cooperativa, como aos que não estão.

Assim, a COPAV, como também as demais cooperativas organizadas pelos assentados, procura promover o desenvolvimento rural nos assentamentos baseado na melhoria da qualidade de vida das famílias que ali residem, buscando avançar para além da conquista da terra. Como exemplo, têm-se os resultados obtidos através das diversas formas de cooperação desenvolvidas nos assentamentos de Batayporã, as quais não perpassam apenas as conquistas econômicas e sociais dos assentados, já que são os frutos políticos-ideológicos que efetivamente reforçam a organicidade dos assentamentos e do Movimento.

Neste sentido, cabe destacar a criação da granja coletiva, por parte de um grupo de assentados associados a COPAV, numa clara demonstração de luta e resistência dos camponeses frente às dificuldades impostas pelo modelo agropecuário vigente, já que, a criação deste núcleo de produção é, também, uma tentativa dos assentados de não desarticular a cooperativa e, conseqüentemente, as relações que a partir dela foram criadas entre as famílias. O depoimento de De Paula, assentado no projeto São Luis, é contundente quanto a esta questão:

No meu ponto de vista, eu vejo que a criação da granja coletiva, não é única e exclusivamente para lucro financeiro, porque isso aí a gente quase não consegue, né? Mas é para tentar manter a cooperativa funcionando e, conseqüentemente, manter o pessoal organizado, unido em torno da cooperativa, porque com a ajuda dessa cooperativa aí nós vencemos várias lutas; através dela nós conseguimos inclusive ajudar vários outros grupos que lutam pela terra. Então, a cooperativa é pra

mim um símbolo de organização, um símbolo de organização que precisa permanecer aí por muito tempo ainda; através da granja a gente tem conseguido que ela permaneça e, principalmente, que os companheiros não se desorganizem (DE PAULA).

Portanto, o que parece ser prioritário agora, para as famílias associadas a COPAV, é manter a união e organização do grupo e, conseqüentemente, a cooperativa em funcionamento. Pois, é com a ajuda desta forma de organização que as famílias assentadas estão lutando e resistindo na terra conquistada.

*** Associações: unidade na diversidade**

A associação é outra forma de organização da produção que está presente nos assentamentos analisados. Ela é aqui compreendida como uma instância de mediação entre os interesses, desejos e aspirações pessoais e familiares dos assentados e o seu ambiente social, este expresso no conjunto das famílias do assentamento, no mercado de bens e serviços e nas políticas públicas.

Carvalho (1998), em seu estudo sobre as formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil, identificou uma grande diversidade e complexidade de formas de associativismo econômico, as quais, apesar de designarem-se como associação de cunho econômico, por exemplo, exercitavam efetivamente outros papéis como o de coordenação política, o de mediação entre as famílias e os organismos de governo, etc.

Durante o trabalho de campo, encontramos duas associações que possuem estas características. Essas associações abrangem os três assentamentos analisados, são elas: a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento São Luis e a Associação dos Pequenos Produtores dos Assentamentos São João e Mercedina, contando com a participação de 114 assentados.

As duas associações foram criadas em 1997 e possuem o mesmo objetivo. Isto significa dizer que os assentados criaram as associações para que, por meio delas pudessem adquirir insumos, maquinários, obter financiamentos junto aos bancos e comercializar a produção, pois a produção para o mercado em pequena escala impossibilitava a comercialização dos seus produtos, conforme nos relatou o Marcos, assentado no projeto São Jo.

É importante destacar que a formação dessas associações também esteve associada à necessidade de uma maior articulação política dos assentados frente ao poder local, ao ser um meio para fortalecer suas reivindicações, e com isso os seus membros discutirem com os demais assentados a necessidade de união e a possibilidade de uma melhor gestão da produção nos assentamentos. Deste modo, podemos dizer que as associações organizadas pelos assentados em Batayporã têm a preocupação com o processo produtivo, mas sem perder o caráter reivindicatório. Pois, de acordo com o Wilson, presidente da associação, por meio da organização da produção é viabilizada uma série de demandas internas dos assentamentos.

As associações atuam juntas, ou seja, seus trabalhos - escolha dos produtos, comercialização e o processo de reivindicação dos recursos - são desenvolvidos com os camponeses dos três assentamentos, de forma conjunta. Elas possuem estatuto, ata de criação, das reuniões e assembléias, e são formalizadas legalmente. Como as associações estão localizadas

separadamente, foram eleitos, em assembléia geral, dois presidentes, com mandato de três anos, os quais são responsáveis pela coordenação das associações. No caso, um coordena a associação do assentamento São Luis (48 sócios) e o outro, a dos assentamentos São João e Mercedina (66 sócios).

As formas de participação dos assentados nestas associações realizam-se por meio das assembléias organizadas mensalmente, onde, normalmente, os presidentes fazem as prestações de contas e, juntamente com outros membros, propõem novas atividades, seja de produção ou comercialização, que são discutidas e aprovadas pelo grupo. Nestas assembléias se discutem também aspectos relativos aos assentamentos. Segundo o Santos, assentado no projeto São João, a maioria dos associados participam das assembléias, porém o nível de participação varia, já que “alguns falam mais, outros falam menos [...], na verdade, a fala dos companheiros depende do assunto que está sendo discutido”.

Para a manutenção das associações, os associados contribuem com uma taxa mensal de cinco reais. Este montante serve de caixa para as possíveis viagens dos presidentes das associações e, também, para a manutenção dos equipamentos, no caso, dois tratores equipados com grade.

Na última safra, 2001/2002, as associações se juntaram à cooperativa do Movimento e desenvolveram com os associados a cultura de algodão. A escolha deste produto foi decidida em reunião com os membros das duas associações e da cooperativa e, deve-se ao fato de que as associações celebraram contrato com a Cooperativa Agrícola Sul-Mato-Grossense (COPASUL), da região de Dourados/MS, de venda desse produto por um preço considerável em relação aos anos anteriores (19,00 R\$ a arroba). A satisfação entre os assentados com a venda da produção foi geral, uma vez que na safra anterior eles haviam tido prejuízos.

O valor arrecadado com a safra dos assentados foi dividido entre as duas associações e a cooperativa. Segundo os presidentes, tanto da cooperativa como das associações, esse dinheiro vai ser investido em benefício dos próprios assentados. No caso das associações, o valor recebido vai ser utilizado como parte do pagamento do novo trator que a associação está tentando adquirir e, no caso da cooperativa do Movimento, vai ser utilizado para pagar parte de suas despesas burocráticas, já que se encontra em dificuldades financeiras; como a maioria das cooperativas organizadas pelo MST no país.

As associações também têm estimulado o desenvolvimento de algumas culturas com os associados, tais como: o milho, a mandioca e o feijão. Isso acontece em função dos contratos que os presidentes das associações tem feito com algumas empresas compradoras de cereais da região.

Neste sentido, essa forma de cooperação, como também a cooperativa do Movimento, tem assumido um papel extremamente significativo enquanto elemento potencializador no processo de negociação e comercialização da produção, uma vez que age no sentido de concentrar a produção dos assentados, para em seguida, a partir do volume, ter poder de negociação no mercado, evitando, desta forma, a exploração pelos atravessadores, já que a negociação é feita diretamente com as empresas do ramo.

Ao final do trabalho de campo verificamos que as associações continuavam buscando alternativas para viabilizar a produção conjunta/coletivizada, já que estavam tentando viabilizar a instalação de

um resfriador de leite para os associados assentados no projeto Mercedina. A produção de leite tem sido extremamente importante na manutenção e reprodução das famílias assentadas, pois, apesar do baixo preço, é com esta produção que as famílias mensalmente realizam o pagamento da luz elétrica, dentre outras necessidades, adquirindo ainda, quando possível, os produtos não cultivados nos assentamentos.

Constatamos, ainda, durante o trabalho de campo, que entre os associados há um grupo de 06 famílias que desenvolvem o trabalho de criação do bicho-da-seda (sericicultura) como atividade complementar da renda familiar. Esse grupo de assentados trabalha em barracões individuais e com mão-de-obra familiar, no entanto, a compra e venda dos casulos para a empresa de fiação de seda, BRATAC, é feita de forma coletiva. Sendo isto uma exigência da própria empresa, conforme nos relatou Wilson, presidente da associação.

Embora se sintam frustrados em função da quantidade de trabalho despendido pela família, com o pouco retorno financeiro que a atividade proporciona e com as exigências de padrão da empresa, os associados insistem na manutenção do projeto, não só pelo fato de já terem investido nos barracões e no plantio das amoreiras, mas principalmente porque, como membros da diretoria das associações, sentem-se na obrigação de fazer o projeto “dar certo”, para que assim possam servir de exemplo aos demais assentados, estimulando-os a dar início a suas próprias experiências.

*** Projeto PROVE PANTANAL: desafios e perspectivas**

O caminho da agroindustrialização tem sido apresentado, pelos diferentes sujeitos sociais, como fundamental para a consolidação e o desenvolvimento dos projetos de assentamento. Desse modo, o entendimento geral é de que, superada a fase inicial de luta pela subsistência, devem ser buscados instrumentos que permitam capitalização das unidades produtivas, agregando valor ao trabalho, construindo perspectivas de renda mínima e segurança de remuneração para as famílias assentadas. Neste sentido, para o setor responsável pela produção no Movimento, os processos de organização e verticalização das atividades econômicas se mostram decisivos, sendo que as cooperativas e associações surgem como alternativas eficazes para viabilizar os investimentos necessários. Pois, além de permitirem a escala necessária para a consolidação de projetos agroindustriais, estas formas de cooperação assegurariam distribuição mais equitativa dos resultados, retraindo tendências de diferenciação e concentração de renda, nas áreas reformadas (CONCRAB, 1992).

Nesta perspectiva, entende-se que o desenvolvimento sócio-econômico dos assentamentos esbarra, em determinado momento, na necessidade de verticalização das atividades produtivas. Em tal ocasião, a via da agroindustrialização se apresentaria, por esta teoria, como condição necessária (embora não suficiente) para o estabelecimento de novo patamar de crescimento e qualidade de vida para as famílias assentadas.

Face ao exposto, podemos afirmar que as atividades agroindustriais ainda são incipientes nos assentamentos do Estado de Mato Grosso do Sul e que, embora importantes, constituem casos de exceção. Dentro desta situação, de exceção, situamos o projeto Prove Pantanal implantado pelo Governo do Estado nos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul.

Conforme Milani, técnico do IDATERRA/MS, o projeto Prove Pantanal (Programa de Verticalização da Agroindústria Familiar de Mato Grosso do Sul) é um programa de inclusão social que foi criado em julho de 2000 pelo Governo Popular de Mato Grosso do Sul, e tem por objetivo fortalecer a agricultura camponesa que, ao longo dos anos, vem sendo excluída do processo produtivo. Na verdade, é um programa de produção, transformação e comercialização da pequena produção familiar, financiado pelo Banco do Povo, com recursos do Fundo de Investimento Social (FIS).

Segundo este técnico agrícola, o conhecimento de experiências, projetos e programas similares desenvolvidos em Curitiba e em Brasília foram importantes para o delineamento das linhas mestras do projeto no Estado. “No caso de Brasília, foram importantes a troca de informações com os técnicos que estiveram envolvidos na implantação e desenvolvimento do Programa de Verticalização da Pequena Produção Familiar (PROVE)”. (Pesquisa de Campo, 2003).

A concepção do programa no Estado de Mato Grosso do Sul, baseia-se na idéia de que só é possível oferecer aos pequenos agricultores oportunidades de obtenção de renda que os tire de uma condição precária de subsistência, caso sejam realizadas ações para superar os vários pontos de exclusão que os colocam à margem do processo de desenvolvimento econômico.

Assim sendo, o objetivo principal do Prove Pantanal, de acordo com a Lei nº 9.983, de 17 de Julho de 2000, é inserir o produtor de economia familiar e de baixa renda ao processo produtivo, por meio de incentivos a produção e ao processamento de seus produtos *in natura*, de origem animal ou vegetal, agregando-lhe mais valor e propiciando a elevação da renda de sua produção. Estes incentivos se dão principalmente por meio da implantação de pequenas agroindústrias familiares, que podem ser coletivas ou individuais.

De início, os interessados em participar do programa além de receber o projeto de instalação e funcionamento da agroindústria, receberiam também a concessão de crédito e assistência técnica na produção. No entanto, cabe destacar que isso não tem ocorrido, pois após a fase de implantação das agroindústrias os assentados passam a não receber mais a assistência do Estado, ficando sob sua responsabilidade a fabricação e venda dos produtos. Com isso queremos dizer que, não tem sido incentivada pelo Estado a comercialização dos mesmos, o que ocasionam vários problemas às famílias que participam do projeto, dentre elas, a perda total dos produtos, principalmente, por vencimento no prazo de validade.

As unidades do Prove Pantanal, hoje instaladas no Mato Grosso do Sul, produzem uma variedade de produtos que são processados diariamente no Estado, tais como: iogurte; leite pasteurizado; queijo; doce de leite; café; rapadura; tomate seco; mel; embutidos e defumados; açúcar mascavo; farinha de mandioca; compotas; geléias; erva-mate e muitos outros produtos com excelente qualidade. Em sua maioria tratam-se de produtos com processamento simples, com baixo conteúdo tecnológico, mas que apresentam um potencial de agregação de valor significativo.

A agroindústria do Prove Pantanal instalada no município de Batayporã, no assentamento São Luis, é uma agroindústria de transformação artesanal e não foi financiada pelos assentados com recursos do FIS (Fundo de Investimentos Sociais) liberados pelo Banco do Povo, como a maioria das pequenas agroindústrias instaladas no Estado. Na verdade, o assentamento foi contemplado com uma unidade

móvel da agroindústria, já que o Governo Popular, no início de implantação do Projeto, fez um sorteio para a instalação de 20 agroindústrias nos assentamentos.

Segundo Batista, presidente da COPAV, para participar do Programa foi necessário que o MST, juntamente com técnicos do IDATERRA do município, elaborassem um projeto pedindo a inclusão do assentamento São Luis no sorteio das unidades. Foi assim que se deu a implantação da unidade do Prove Pantanal neste assentamento.

A unidade móvel do Prove Pantanal instalada no assentamento é uma pequena agroindústria de doces, mais especificamente de doce de leite. Esta unidade no assentamento está sendo administrada por duas famílias que fazem parte do MST, e que são auxiliadas pela COPAV (Cooperativa Regional de Produção e Prestação de Serviços para a Reforma Agrária do Vale do Ivinhema), já que no selo do produto além de conter o peso, prazo de validade, nome do produtor e município de origem, há também, no caso da unidade de Batayporã, a marca da COPAV, o que evidencia ser este um produto da reforma agrária.

Entretanto, cabe destacar que, mesmo sendo resultantes da reforma agrária, as famílias vêm enfrentando dificuldades para comercializar seus produtos, principalmente porque, como dissemos anteriormente, não existe uma política eficiente de *marketing* e comercialização que propicie a ampliação de mercado dos produtos ofertados localmente. Não há também, por parte do Estado, convênios com redes de supermercados ou prefeituras, para a comercialização dos produtos. Isto quer dizer que o Estado propôs, mas não tem cumprindo as metas do seu projeto, sendo esta uma das várias dificuldades enfrentadas pelo programa.

Segundo dona Barille, apesar das dificuldades, elas conseguem produzir um total de 80 potes de doce por semana. Esses doces, quando comercializados, saem pelo valor de 1 real e 80 centavos (1,80 R\$) o pote de meio quilo. A comercialização tem sido feita pelas famílias no mercado local, direto ao consumidor, visto que as duas famílias participam da feira livre que acontece aos sábados, no município de Batayporã. A renda obtida com a venda dos doces, apesar de mínima, é dividida entre as famílias participantes.

Cumprе ressaltar que, a criação da agroindústria nos assentamentos em Batayporã tem para o MST dois pontos importantes: o primeiro refere-se a questão econômica, já que a inserção no mercado dos produtos com maior valor agregado é uma forma positiva e concreta de mostrar os resultados e a viabilidade dessa experiência nos assentamentos. O segundo ponto refere-se a questão política, pois, estes produtos quando comercializados servem como “*marketing*” do assentamento e, por conseguinte, do MST, uma vez que circulam no mercado com a marca da cooperativa (COPAV) organizada pelo Movimento, o que, segundo Ribas (2002), acaba culminando no fortalecimento estratégico do MST enquanto movimento e organização social presente territorialmente na sociedade brasileira.

Assim, podemos dizer que, para as duas famílias beneficiárias, a renda auferida com a venda dos doces, apesar de mínima, serve como um complemento mensal para a sobrevivência familiar. Pois, “muitas vezes o que socorre a gente é essa rendinha que nós tira aí do doce [...], é pouquinho, mas

na hora do aperto é com ela que a gente conta [...]” (SANTOS²). Seu Barille³ complementa a fala de dona Santos:

[...] o que elas conseguem não é muito, mas só que se a gente for vender o leite aí no mercado ou entregar pro laticínio o lucrinho é ainda menor. Apesar do trabalhão que é fazer o doce, porque elas não têm bateadeira, tem que fazer tudo no braço, ainda compensa mais do que vender só o leite puro, né?. [...] como a comadre aí tava dizendo, a gente as vezes tem que recorrer a essa rendinha do doce pra comprar uma semente, pra alugar um trator, então, apesar de ser insuficiente, ajuda muito, ajuda muito mesmo.

Podemos concluir com estes relatos que, para as duas famílias, apesar da produção e venda dos doces ser pequena e, conseqüentemente, também a renda auferida, ela mostra-se mais rentável do que a venda do leite “*in natura*”. A questão parece ser, portanto, como expandir esse tipo de empreendimento, ou seja, como conquistar novas unidades e garantir a comercialização? Já que, os produtos embora com maior valor agregado, ao serem oferecidos em pequena escala, sua concorrência com as grandes empresas torna-se desigual, pois estas podem oferecer seus produtos a preços mais competitivos para as redes de supermercados e para o público em geral.

CONSIDERAÇÕES

De início, vale destacar que rejeitamos a concepção de avaliação dos assentamentos pautada por diagnósticos de sucesso/fracasso ditados por uma lógica reducionista. Na verdade, procuramos apreender a cooperação como estratégia utilizada pelos camponeses assentados, homens e mulheres, para permanecer na terra conquistada. Pois, percebe-se que práticas de sociabilidade e de ajuda mútua têm representado, de certa forma a perspectiva de (re)elaboração do coletivo imposto pelo projeto do MST. Com isso queremos dizer que,

Os camponeses não são avessos as ações coletivas. São avessos a determinadas formas que têm como centro a negação da sua ‘natureza’ e características. Eles recusam a proposta de ações coletivas sustentadas na coletivização da terra, do trabalho, meios de produção e gestão. Recusam ações coletivas elaboradas a partir de parâmetros que lhes são estranhos, ou seja, ações coletivas centradas na concepção de mundo do outro (FABRINI, 2003, p. 14). (Grifo Nosso).

Assim, a experiência demonstra que os camponeses assentados, que tem na cooperação uma estratégia capaz de garantir a reprodução do seu modo de vida, procuram entrelaçar suas tomadas de decisão amalgamando os interesses econômicos com os interesses do mundo familiar, com os anseios e as memórias que são parte importante do patrimônio social que os mantêm.

² Assentada no Projeto São Luis. A fala refere-se ao membro de uma família que trabalha na agroindústria. Comunicação Pessoal, Jun-Jul. de 2003.

³ Assentado no Projeto São Luis. A fala refere-se ao membro de uma família que trabalha na agroindústria. Comunicação Pessoal, Jun-Jul. de 2003.

Neste sentido, constatamos nos assentamentos em Batayporã/MS, uma preocupação para que todos consigam produzir e viabilizar o lote sem comprometer a autonomia e o direito à organização do projeto familiar. Acreditamos que isso é possível em função da realidade multifacetária encontrada nos assentamentos analisados, em que mesclam-se formas individuais de produção e formas cooperadas/associadas tecidas no mesmo território e ritmadas pelas necessidades de reprodução da unidade de produção familiar, de modo que permanece o sentimento de liberdade e autonomia que as famílias almejam.

Com isto queremos expor que não é possível dizermos simplesmente, por exemplo, que no grupo da cooperativa (COPAV) predomina somente as atividades cooperadas. Na verdade a luta pela resistência na terra tem feito estes assentados lançarem mão de diversas formas de trabalho, de acordo com as circunstâncias de mercado, onde a alternância de formas organizacionais de produção tem sido a marca mais evidente. Isto faz com que os assentamentos se tornem um verdadeiro campo de lutas e de permanentes redimensionamentos da experiência de cooperação, já que as estratégias de trabalho e de reprodução social são inúmeras, como a variedade de escolhas com relação as formas associativas para a produção.

Constatamos também, a partir do trabalho de campo, que o desenvolvimento das formas de cooperação agrícola nos assentamentos rurais além de assegurar melhores condições de vida e de reprodução social possibilita a permanência dos assentados no campo. Todavia, acreditamos que as formas cooperativas/associativas são não só um instrumento de luta para garantir a existência dos camponeses na terra conquistada, já que tais formas desempenham papel de articuladoras dos assentados na busca de infra-estrutura, recursos financeiros (créditos), organização de outros acampamentos e ocupações, além da própria organização produtiva. Estas formas de cooperação tornam-se instrumentos de sustentação do projeto político do MST, já que, tais conquistas servem para ampliar as lutas pela terra e, conseqüentemente, para solidificar a Reforma Agrária. Com isto queremos dizer que, as formas de cooperação são instrumentos para a continuidade da luta pela Reforma Agrária e tendem a constituir-se num meio de inserção política e social dos assentados.

Portanto, finalizamos a pesquisa dizendo que a luta não se encerra na conquista da terra, mas continua na busca de outros direitos que possam garantir desenvolvimento ao assentamento e mudanças na vida das famílias assentadas. Acreditamos que estes direitos e a possibilidade de existência desses camponeses somente serão asseguradas pela organização, união e luta dos mesmos, como fazem os assentados em Batayporã,MS, pois estas conquistas estão relacionadas a mudanças estruturais na sociedade capitalista. Tais mudanças implicam, entre outras questões, possibilitar uma política social e de crédito para os trabalhadores produzirem e desenvolverem alternativas de comercialização da produção, a fim de que possam viver com dignidade do trabalho na terra, independentemente da forma por eles escolhida, se de modo coletivo ou individual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosemeire Ap. **Identidade, Distinção e Territorialização: o processo de (re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BOGO, Ademar. **Lições da Luta pela Terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BORGES, Maria Celma. **De Pobres da Terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema** – SP. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis.

BRENNEISEN, E.C. **Relações de Poder, Dominação e Resistência: a organização social e da produção em assentamentos rurais na região Centro-Oeste do Paraná**. 2000. Tese [Doutorado em Ciências Sociais]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

CARVALHO, Horácio M. **Formas de Associativismo Vivenciados pelos Trabalhadores Rurais nas Áreas de Reforma Agrária no Brasil**. Curitiba, Agosto de 1998. Disponível em <<http://www.dataterra.org.br/documentos/horacio.htm>>. Acesso em: 10/10/2003.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **História – Comissão Pastoral da Terra/Mato Grosso do Sul (1978 – 1992)**. Campo Grande/MS, 1993.

DELLAZERI, Dirlene. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Mato Grosso do Sul – 1984 a 1993**. Rio Grande do Sul: 1993. (Mimeografado).

FABRINI, João E. **Os Assentamentos de Trabalhadores Sem Terra Enquanto Território de Ações Coletivas/Cooperativas Através da Coagri (Cooperativa de Reforma Agrária e Trabalhadores Rurais da Região Centro-Oeste do Paraná)**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FARIAS, Marisa de F. L. de. **Assentamento Sul Bonito: as incertezas da travessia na luta pela terra**. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

FERNANDES, Bernardo M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GORGER, Frei Sérgio A., STÉDILE, João P. (Orgs.) **Assentamentos: resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.

MST/CONCRAB. **Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST (1989 a 1999)**. **Cadernos de Cooperação Agrícola nº 08**. São Paulo: Concrab, 1999.

MST/CONCRAB. **Os Desafios da Produção e a Organicidade do Setor**. São Paulo: MST, 2002. (Mimeogr.).

RIBAS, Alexandre Domingues. **Gestão Político-Territorial dos Assentamentos, no Pontal do Paranapanema (SP): uma “leitura” a partir da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária no Pontal)**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.

SILVA, Tânia Paula da. **A Organização do Trabalho Coletivo e as Transformações Territoriais no Assentamento São Manoel, em Anastácio/MS**. 2000. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Campus de Três Lagoas, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas.

SIMONETTI, Miriam Claudia Lourenção. **A longa Caminhada; a (re)construção do território camponês em Promissão**. 1999. Tese [Doutorado em Geografia], Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

SOUZA, Maria Antonia de. **As Formas Organizacionais de Produção em assentamentos rurais do MST**. 1999. Tese [Doutorado em Educação], UNICAMP.